

LER, INDEXAR, REPRESENTAR: O PODER QUE SUBJAZ À ORDEM DAS ESCOLHAS

Alzira Tude de Sa¹

RESUMO:

Este trabalho busca analisar o processo de indexação e representação do conhecimento, propondo-se a refletir sobre o ato de indexar como um ato de leitura, como uma ordenação arbitrária do “universo,” partindo do princípio de que qualquer sistema de classificação reflete, de um modo mais ou menos declarado, um sistema de ordenamento do conhecimento e sobre a representação como uma escolha na qual subjaz o poder tirânico da exclusão e o peso da ausência. Aponta para o sentido oculto das palavras, para a questão semântica e polissêmica a qual estão histórica e culturalmente sujeitas, reflete sobre a responsabilidade, o compromisso e o papel do bibliotecário como mediador e da biblioteca como guardiã da memória e repositório do conhecimento. Como responsável que é pela representação, disseminação, transmissão da cultura e dos saberes e, como testemunha das rupturas da tradição, da superação e/ou adesão de novas técnicas e tecnologias, a biblioteca se impõe como um lugar de diálogo com o passado, lugar de criação e inovação. Este estudo debruça-se e analisa ainda sobre os conceitos de leitura e leitor, apontando para as circunstâncias sócio-históricas que determinam a sua constituição e para a influência sobre eles exercida por toda proposta de organização e representação do conhecimento.

Palavras-chave: Leitura. Indexação. Representação do conhecimento.

ABSTRACT:

This text seeks, through analysis and reflection, some considerations about the act of indexing as an act of reading as an arbitrary ordering of the "universe" and on the representation as a choice on which underlies the tyrannical power of exclusion and the absence of weight. For that discusses concepts of reading and reader pointing to the historical circumstances that determine its constitution and the transforming power that can come of it. Points to the hidden meaning of words, for polysemic question of semantics and which are subject historically and culturally, reflects on the responsibility, commitment and role of the librarian as mediator and the library as a guardian of memory, a repository of knowledge and responsible for dissemination, transmission of culture and knowledge, witness breaks tradition, resilience and / or adherence of new techniques and technologies, as a place of dialogue with the past, place of creation and innovation.

Keywords: Reading. Indexing. Representation.

A INDEXAÇÃO COMO UM ATO DE LEITURA

Sem pretender revisar a literatura sobre o processo de indexação e representação do conhecimento, ou mesmo discuti-los sob o viés ontológico e cognitivo, nos propomos a tecer,

¹ Departamento de Processos Informacionais/UCI/UFBA. E-mail: alziratude@gmail.com

nesse texto, reflexões sobre o ato de indexar como um ato de leitura. Partimos do princípio de que tal ato –“habitus”, inserido no labor cotidiano dos profissionais bibliotecários, deva ser exercido com a consciência de que nele subjaz o poder das escolhas, um poder organizador “arbitrário”, que define o percurso e o destino do leitor e da obra. E ademais trazemos, à cena, a biblioteca como um lugar onde essas ações vêm sendo desenvolvidas ao longo do tempo, refletindo sobre as circunstâncias que conduzem e ou definem o seu acolhimento sejam elas técnicas, gerenciais, estéticas, tecnológicas.

Para que o ato de indexar se concretize a ele antecede um outro, o ato da leitura. Paulo Freire (1982) dizia que não basta decifrar palavras para acontecer a leitura. Para ele, “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele.”

Na verdade ele pretendeu dizer que o leitor pré-existe à descoberta do significado das palavras escritas. O leitor vai se configurando através das experiências vivenciadas, sejam as mais elementares e individuais oriundas do intercâmbio de seu mundo pessoal e do universo sócio-cultural que o circunda, ou seja, das suas circunstâncias, o que evidencia que o conhecimento da língua não é o suficiente para a leitura se efetivar. Começamos, portanto, a organizar os conhecimentos adquiridos a partir de situações que a própria realidade nos vai impondo e a partir de nossa interação ou atuação nessa realidade.

Partindo desse pressuposto, quando passamos a estabelecer relações entre experiência vivenciadas, quando nos sentimos capazes e tentamos solucionar os problemas que se nos apresentam, estamos procedendo leituras. Há partir daí passamos então a ter a impressão, e por que não a sensação de que o mundo está ao nosso alcance, que podemos compreendê-lo e muito mais que podemos modificá-lo à proporção que vamos incorporando experiências de leitura. Essa aprendizagem que significa a conquista da autonomia pelo homem, a ampliação do seu horizonte, traz a reboque compromissos, acarreta às vezes alguns riscos que incitam o homem a novas descobertas, novas exigências, a uma maior acuidade em relação às coisas do mundo e aos seus acontecimentos, rompendo muitas vezes com a sua passividade, levando-o a aquisição de hábitos novos, reformulações, revisões conceituais, apuro do gosto, mudanças estéticas, afetivas, a novas descobertas.

Se a leitura traz em si esse poder de transformação e comprometimento, aquele que tem no livro a matéria do seu ofício, o bibliotecário, antes de tudo deve ser um leitor, não podendo abster-se do “prazer do texto”, como diz Roland Barthes (2008) e ademais de cultivar o hábito de ler, “o hábito faz o monge,” como um instrumento de formação, crescimento, libertação e possibilidades. O que não se pode deixar de pontuar é que nenhuma leitura é última e que o tempo, o lugar, os sujeitos, o contexto histórico e cultural influenciam nesse processo.

Para Alberto Manguel (2006), estudioso, escritor e amante dos livros e da leitura, o conhecimento não consiste no acúmulo de textos ou informações, nem no livro como objeto, mas na experiência resgatada das páginas e novamente transformada em experiências, em palavras que reflitam tanto o mundo exterior como o próprio ser do leitor. Daí concluirmos que o poder do leitor não se esgota em sua capacidade de acumular informações, reuni-las, ordená-las, catalogá-las, mas em seu discernimento, no saber interpretar, associar, transformar suas leituras, atentos ao sentido oculto que as palavras trazem em si.

O SENTIDO OCULTO DAS PALAVRAS

No ofício diário os bibliotecários lidam com linguagens, com palavras e para descobrir o segredo nelas contido é preciso pensar em algo que lhe está profundamente integrado, que lhe é dado ou imposto desde o nascimento e que, por conta dele, existe como sujeito - o uso da língua. Se se trabalha com linguagens torna-se necessário que o mesmo busque o entendimento sobre as ciências que têm a linguagem como seu objeto: a lingüística, ciência da linguagem verbal e a semiótica a ciência de todas e quaisquer linguagens. A Lingüística tem a língua como sistema ou estrutura que é regida por leis e regras de funcionamento que são comuns a todas as línguas.

Segundo Lucia Santaella (2000), o sentido variável da linguagem falada ou articulada só pode produzir sentido, significar alguma coisa se na sua combinação estiver implícita uma convenção ou pacto coletivo armazenado nos cérebros dos homens. Só submetendo-nos às suas regras é que podemos nos integrar a uma comunidade lingüística e social e com ela interagir.

Ainda segundo Santaella (2000), o exame dos modos de constituição de todos os fenômenos de produção de sentido e de todo significado, assim como a busca do descrever e analisar dos fenômenos e a sua constituição como linguagem, se constituem como o objetivo da semiótica.

Se formos atentar, o nosso estar no mundo como indivíduos sociais é mediado por uma rede intrincada e plural de linguagens e são elas que nos favorecem a comunicação através da leitura e ou produção de formas, movimentos, gráficos, sinais, gestos, expressões, cheiro, tato, através do olhar, do sentir, do apalpar. Daí sermos tão complexos quanto complexas e plurais são as linguagens que nos constituem como seres de linguagem. Essa consciência semiótica, consciência de linguagem, foi despertada pelo cientista Charles Peirce, (1839-1914) que criou dispositivos de indagação e instrumentos metodológicos aptos a desvendar o universo multiforme e diversificado dos fenômenos da linguagem. Mas o que chama a atenção é o postulado no qual ele afirma e questiona: “o universo está em expansão e onde mais ele poderia crescer senão na cabeça dos homens?”

Essa pergunta e afirmação nos dão uma clara demonstração de que toda construção do homem, do universo, do real é uma construção de linguagem e que as leis da natureza não são absolutas, mas evolutivas, que os princípios científicos não chegam a ser senão fórmulas rigorosas de vida, do lugar e do tempo, da historicidade nas quais os sujeitos estão inseridos. Tal pensamento aponta para a desconstrução das verdades absolutas e propagou-se por campos do conhecimento como a Antropologia, a Psicanálise, a Literatura, pela História, considerada também como uma ficção, desconstrução representada também pela queda das fronteiras geográficas, pela revisão de conceitos éticos, pela adoção de comportamentos “politicamente corretos”, pela quebra de paradigmas.

Por ser o seu campo de estudo o sentido de que são portadoras as palavras e as mudanças e sua sujeição às circunstâncias históricas e culturais, a semântica, integra-se aos estudos da lingüística e da linguagem no que traz em si de dinamismo e desconstrução, escolha e adesão de novas expressões, do nascimento e morte de locuções, assertiva que nos leva à crença de que as palavras são astuciosas e encobrem segredos que incitam o desvendamento.

O escritor Guimarães Rosa, ao escrever, dizia ir retirando, de um monte de cinzas acumuladas, a palavra, a mais pura e bela, busca essa em que, de certa forma, os bibliotecários se empenham, no seu labor diário e, tal qual Guimarães, também lutam, com outras armas, em busca da palavra mais pura, a mais próxima, aquela favoreça, numa pretendida biblioteca imaginária, o encontro entre leitor e obra.

A BIBLIOTECA IMAGINÁRIA

Para falar um pouco sobre a pretensão de toda biblioteca de ser o repositório de todo o saber, pretensão reivindicada, ou mesmo sonhada por cada bibliotecário e cada leitor, trago, de início, um trecho do prefácio do livro *O Poder das bibliotecas* : a memória dos livros no ocidente, escrito por Christian Jacob (2000), estudioso das origens e destino da mitológica Biblioteca de Alexandria. Segundo Jacob, toda biblioteca

[...] é um lugar de memória, espaço de conservação do patrimônio intelectual e artístico [para ele] uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que o efeito da leitura, da escrita e da sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos a serviço da coletividade inteira. (JACOB, 2000, p.51).

Qualquer biblioteca tem como ofício a luta contra os rigores do tempo trazendo fragmentos do passado para o presente, ofício que reside no poder de recordar ativamente, momentos importantes da experiência humana. Se pensarmos bem, o poder perpassa por todas elas desde quando toda biblioteca é guardiã da memória e memória é poder. Cada biblioteca, por maior ou menor, especializada ou não, futurista ou “analógica” revive o mito da Biblioteca de Alexandria, aquela que pretendia ser a depositária de todo o patrimônio intelectual do Universo, aquela que deveria abarcar toda a diversidade dos conhecimentos que, regidos por uma ordenação universal, deveriam estar acessíveis a toda a humanidade. Cada bibliotecário encarna em si a figura de Calímaco e a pretensão ilusória de ser um dos ordenadores do universo.

Nos dias atuais o sonho da hiperbiblioteca, a comunicação eletrônica dos acervos, as redes, nada mais é que a representação do anseio e do espírito dessa biblioteca imaginária. Qualquer biblioteca tem como ofício a luta contra os rigores do tempo e ao trazer fragmentos do passado para o presente, como já afirmamos anteriormente, elas se constituem em monumentos incumbidos de derrotar a memória. Se para os poetas a memória nos encaminha para a morte, como guardiãs, as bibliotecas perpetuam a vida. E como testemunhas do que é produzido ou como guardiãs da memória importa-nos, a nós bibliotecários, que estejamos atentos ao fato de que uma biblioteca só adquire sentido pelo trabalho e pelo assédio dos seus leitores pois, como nos diz Manguel (2006,p.33), “cada leitor existe com o objetivo de assegurar uma modesta imortalidade a determinado livro e a leitura é nesse sentido, um renascimento”.

Não se pode deixar de admitir e de se ter a clareza de que toda biblioteca está inserida, faz parte de um sistema e que em todo sistema subjaz o poder. O poder das bibliotecas reside

no papel crucial de ser guardião, repositório do conhecimento e responsável pela disseminação, transmissão da cultura e dos saberes pré-definidos pelo mesmo e por serem espaços de conservação e preservação, elas se tornam testemunhas das rupturas da tradição, da superação e/ou adesão de novas técnicas e tecnologias, novos saberes que aportam nos mais diversos tempos, nas mais diversas circunstâncias e lugares. Além de preservarem o patrimônio intelectual, são testemunhas da metamorfose dos leitores, das suas escolhas seletivas, das suas leituras, são testemunhas das políticas de domínio e da comunicação da informação, das transformações processadas que vêm desde as salas dos arquivos, dos palácios orientais à Internet, às bases de dados mais sofisticadas do mundo contemporâneo.

Podemos afirmar que as bibliotecas refletem o que uma determinada sociedade considera e define como saber e conhecimento. Seu patrimônio é um espelho do que as instâncias do poder, uma comunidade intelectual decidem armazenar e difundir. Em algumas ações, por elas desenvolvidas, transparece esse exercício e como exemplo citamos a restrição de determinadas obras aos leitores, a interrupção arbitrária de coleções de periódicos, as listas de aquisições suprimidas e reduzidas, os regimentos internos controladores, as limitações do acesso aos acervos, os sistemas de classificação adotados, e tantas outras ações controladoras, fruto das escolhas, do exercício do poder.

O PODER QUE SUBJAZ À ORDEM DAS ESCOLHAS

Manguel (2006,p.48) nos diz que “Sempre que entro numa biblioteca o que mais me impressiona é a forma pela qual certa visão de mundo é imposta ao leitor por meio de sua ordem e suas categorias.” Parece-nos que bibliotecários e leitores sonham com uma biblioteca que seja capaz de conferir ordem ao universo das informações, do conhecimento produzido, entretanto sabemos que toda opção por uma ordem, toda classificação imaginada, supõe uma hierarquia tirânica de exclusões.

Por concordar com essa premissa, proponho uma reflexão sobre a autonomia hipotética das nossas escolhas exercidas no âmbito das bibliotecas. Não só a escolha que recai sobre a seleção do acervo, mas a escolha do código ordenador, sua representação, a escolha da palavra, a mais pura, aquela que traga em si o sentido mais próximo, aquele sentido que aproxime e permita associações. Refiro-me a escolhas que possibilitem o acesso direto e de forma mais rápida e eficiente à informação desejada pelo usuário. No entanto é preciso que estejamos cientes da ausência de neutralidade nas nossas opções pessoais desde quando elas perpassam pela nossa subjetividade .

Quando muitas vezes um assunto nos é mais caro, nós o destacamos mais; quando alguns leitores nos seduzem com o seu entusiasmo e paixão por determinada área do conhecimento, exploramos mais esse assunto; quando os próprios livros se declaram e se apresentam por meio de seus títulos, autores, pelas ilustrações, capas, tamanho, texturas, traços cambiantes aos quais agregamos valor, nós o priorizamos.

As escolhas que vêm da determinação do sistema ao qual estamos inseridos, da instituição que abriga a biblioteca, sua política de aquisição, a delimitação do campo do conhecimento, sua especialização, a definição dos suportes, do espaço físico, do mobiliário, das tecnologias, todas elas definem sobremaneira a ordem que se estabelece e que, conseqüentemente, se impõe aos leitores. Segundo o estudioso dos livros e das bibliotecas,

Christian Jacob (2000) as coleções ao serem constituídas espelham uma política sistemática de aquisições que intenciona atingir uma completude e a acumulação de todas as formas de saber e de criação restritas à escrita.

No entanto, vale lembrar aqui, agora, da expectativa frustrante de tantos leitores ao buscarem numa biblioteca especializada de sua instituição, obras de cunho geral que lhe favoreçam entretenimento ou mesmo outro tipo de informação e não encontram... no imaginário de cada leitor, toda biblioteca deveria ser detentora de todo o conhecimento produzido. Quanto à escolha do acervo e sua ordenação e isso nos interessa sobremaneira, pensamos que toda biblioteca, ao mesmo tempo que acolhe um código identificador, rejeita outros pretendentes. Todas se organizam e se instituem como frutos de uma escolha e de âmbito necessariamente limitado. A cada documento a ser indexado uma decisão de escolha é tomada, uma leitura é feita, uma interpretação se processa.

Nesse ato de indexar, que é um ato de leitura, corre em paralelo um ato de censura, ou seja, aquele termo não escolhido é um termo censurado e nessa censura configura-se o peso da ausência, que é um traço marcante em toda biblioteca, angústia do bibliotecário. Pois a cada opção eleita, outra é descartada. A ameaça da ausência, no entanto, pode ser vislumbrada, esquivada pelas bibliotecas virtuais, apesar de se constituírem ainda numa exceção, pois o espaço cibernético é praticamente ilimitado, infinito e a censura talvez não afete um contingente de leitores, excetuando-se aqueles digitalmente excluídos.

Faz-se necessário saber e atentar para o fato de que cada novo livro que chega a um biblioteca traz em si um saber que será agregado aos saberes já existentes. Ele traça um percurso nas coleções. Os bibliotecários funcionam como “médiuns” entre o livro e os leitores, através do processo de leitura e indexação. Os livros estabelecem em torno de si uma rede de alianças, anterioridades, autoridades que se explicitam por intermédio das citações, dos currículos autorais, das fontes editoriais. Cada livro traz consigo novos pontos de vista sobre o conjunto de proposições já existentes no acervo. Eles chegam às vezes, instigando polêmicas, carregando “verdades” contrárias aos saberes já existentes na biblioteca, aportando num novo espaço de interlocução.

O apaziguamento desses conflitos, a sua mediação nos é confiado, aos bibliotecários, e a paz/solução virá se estivermos aptos a administrar respostas a algumas questões? Dentre elas, quem são mesmo os leitores das nossas bibliotecas, quais as suas necessidades, quais são as finalidades e as etapas de uma atividade intelectual que pressupõe o uso necessário das informações disponíveis? Outros lugares? Que linguagem fala essa “tribo”? Eu entendo o que eles dizem?

A INDEXAÇÃO COMO UMA ORDENAÇÃO ARBITRÁRIA DO “UNIVERSO”

Consideramos que a arbitrariedade já percorreu todo nosso texto. Usei o meu “livre arbítrio” para escolher a sua forma e o conteúdo obedecendo, no entanto, a um pacto de leitura estabelecido previamente entre mim e o leitor. É preciso que assim procedamos quando exercemos o ofício de bibliotecários. É preciso que tenhamos essa consciência ao abrirmos um livro para indexar. O arbítrio deve ser usado sim, mas sem tangenciar do pacto estabelecido, do código lingüístico compartilhado, da linguagem comum que se faz necessário

à comunicação, das ferramentas próprias ao nosso trabalho, do repertório do público leitor desde quando, segundo as palavras de Manguel,

Bibliotecas são entidades em crescimento constante; parecem multiplicarem-se por si só, reproduzem-se por aquisição, furto, empréstimo, doação, por lacunas associativas ou pelos mais variados esforços de completude. Essa massa de palavras em expansão acaba por exigir sistemas de classificação que lhe abram espaço de crescimento, fronteiras móveis que a salvem das limitações do alfabeto ou da inutilidade sob o peso excessivo dos itens numa mesma categoria. (MANGUEL, 2006, p.56).

O desejo humano de ordenar o caos é milenar. Quanto à ordenação do conhecimento Manguel (2006) nos conta que, no século XII, Samuel Pepys percebeu que diante do excesso incontrolável de informações produzidas, do crescimento excessivo de itens, os números dariam mais conta do que o alfabeto na tentativa de organizá-los. Conta-nos também, o que já sabemos, que em 1873, aos 22 anos, Melvil Dewey dividiu o vasto campo do conhecimento humano, em forma impressa, em dez grupos temáticos e atribuiu a cada grupo cem números que por sua vez dividiu-se em mais dez, permitindo uma progressão “ad infinitum.”

Esse é só um capítulo da história das classificações e que não pretendemos contá-la aqui e agora. A escolha de um ou qualquer sistema de classificação não só define a ordem dos livros numa biblioteca como influencia e conduz o itinerário dos leitores. Ao escrever sobre o poder das bibliotecas Jacob (2000), atenta para o fato de que muitas vezes foi observado que

[...] todo sistema de classificação de livros reflete, de um modo mais ou menos declarado, um sistema de ordenamento do conhecimento. Os sistemas de classificação (...) são, pois, apenas um aspecto do problema da sistemática das ciências: mas um aspecto particularmente central e interessante, por que traduzindo-se pela organização física dos espaços de uma biblioteca e pela disposição dos livros, toda proposta de organizar os conhecimentos humanos em sistema (segundo modelos lineares ou hierárquicos) pode exercer uma influência incalculável sobre os usuários dessa biblioteca (e às vezes, por períodos de tempo consideráveis). (JACOB, 2000, p.117).

No entanto, da conversa silenciosa entabulada entre o leitor e o texto, desse encontro particular, não participamos. Ele é sim determinado pela qualidade do material, pela circunstância em que um texto particular lhe é apresentado, pelos indícios e evidências que o fazem chegar até as suas mãos, enfim pela capacidade técnica, intelectual na definição do assunto e sua representação.

Por sermos leitora e comungarmos com o pensamento de Alberto Manguel, um historiador estudioso da leitura, das bibliotecas e sua representação, nos inspiramos para elaborar esse texto que finalizamos citando dois pensamentos de sua autoria e que eles nos façam refletir sobre a responsabilidade, o fascínio, a descoberta, a generosidade e a arbitrariedade que residem no ato de indexar.

O mero fato de sabermos que os livros de uma biblioteca são arranjados segundo uma regra, seja ela qual for, confere-lhes identidades prévias,

mesmo antes de abriremos suas páginas. Por mais que os livros sejam criações caóticas, cujo sentido mais secreto está sempre além do alcance do leitor, a ordem em que os mantenha confere-lhes uma certa definição. (MANGUEL, 2006, p.13).

E preconiza Manguel que,

O amor às bibliotecas, como a maioria dos amores, deve ser aprendido. Ninguém que pise pela primeira vez num aposento repleto de livros saberá, instintivamente, como se comportar nem o que se espera, o que se promete e o que é permitido. Há quem fique tomado de horror - diante da barafunda ou da vastidão, do silêncio, do lembrete zombeteiro, de tudo que não sabemos, de vigilância - e parte dessa sensação acachapante pode se perpetuar, mesmo depois que os rituais e as convenções forem aprendidos, que o território foi mapeado e que os nativos forem julgados amistosos. (MANGUEL, 2006, p.13).

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2008

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler (em três artigos que se completam)**. São Paulo: Autores Associados/ Cortez, 1982.

JACOB, Cristhian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca á noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTAELLA, Lucia. **Teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2000.